

RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.267 - SP (2020/0054278-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MARCIO TOMANINI**
ADVOGADO : **MARIA RITA COVIELLO COCIAN CHIOSEA - SP098986**
RECORRIDO : **BANCO BRADESCO S/A**
ADVOGADO : **JÚLIO CÉSAR GARCIA - SP132679**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VULNERADOS. DEFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MARCIO TOMANINI com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, com o intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 248, e-STJ):

Apelação Cédula de crédito bancário Embargos à execução Sentença de rejeição dos embargos Confirmação.

1. Preliminar de nulidade da sentença Inocorrência. Decisão adequadamente fundamentada.

2. Código de Defesa do Consumidor Hipótese dos autos se subsumindo ao Código de Defesa do Consumidor (Súmula nº 297 do STJ). Circunstância, no entanto, sem o significado que lhe quer emprestar o autor.

3. Encadeamento de contratos Embargos não representando instrumento adequado para a revisão de contratos que deram ensejo à formação do título executivo. Precedentes. Ausência dos instrumentos contratuais precedentes não retirando a liquidez do título.

4. Certeza e liquidez do título Contrato que preenche o requisito do art. 784, III, do CPC e aponta o valor do mútuo. Memória de cálculo que acompanhou a petição inicial da execução, ademais, demonstrando satisfatoriamente a evolução da dívida.

5. Capitalização mensal de juros remuneratórios Legalidade Operações em exame posterior ao advento da Medida Provisória 2.170-36/2001, perenizada pela Emenda Constitucional 32/2001 Hipótese em que a capitalização está expressamente contratada.

Dispositivo: Afastaram a preliminar e negaram provimento à

apelação.

Nas razões do recurso especial (fls. 262-279, e-STJ), o recorrente alega que o acórdão impugnado incorreu em violação dos seguintes normativos:

- a) arts. 485, 489, 803 e 917 do Código de Processo Civil de 2015;
- b) art. 28 da Lei 10.931/2004;
- c) arts. 4º, 6º, 31, 39, 46 e 54 do Código de Defesa do Consumidor;
- d) art. 422 do Código Civil de 2002;
- e) Lei 22.626/1933.

Sustenta, em suma: (i) negativa de prestação jurisdicional ante a falta de fundamentação na decisão impugnada, que não se pronunciou sobre todos os argumentos por ele trazidos; (ii) ausência de título executivo a embasar a presente execução, motivo pelo qual ela deve ser extinta; (iii) o contrato entabulado entre as partes não possui cláusula prevendo a capitalização mensal de juros, não cabendo, por isso, sua incidência; e (iv) em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao presente feito, as cláusulas contratuais devem ser interpretadas de forma mais benéfica ao consumidor.

Apresentadas as contrarrazões ao apelo extremo (fls. 281-282, e-STJ), foi ele admitido na origem (fls. 283-284, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 489 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão dos

recorrentes. Ressalte-se que o julgador não está obrigado a analisar todos os argumentos invocados pela parte, quando tiver encontrado fundamentação suficiente para dirimir integralmente o litígio.

Desse modo, conquanto tenha sido contrário à pretensão dos recorrentes, não se pode negar ter havido, por parte do Tribunal, efetivo enfrentamento e resposta aos pontos controvertidos.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Na hipótese ora em análise, o Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, concluiu pela existência e liquidez do título executivo extrajudicial, bem como pela legalidade da cobrança da capitalização mensal de juros, manifestando-se nos seguintes termos (fls. 250-252 e 255-258 sem grifos no original):

4. A circunstância de o contrato que serve de lastro à execução se tratar de suposta renegociação de débitos oriundos de contrato anteriormente celebrado **não lhe retira a qualidade de título executivo extrajudicial**, até a se considerar que a discussão sobre o encadeamento de contratos é inadequada nesta via como se verá em sequência.

Interessa que **o contrato está subscrito pelo devedor e por duas testemunhas, desse modo cumprido o requisito do art. 784, III, do CPC.**

Por outro lado, **nenhum relevo há na circunstância de o contrato não preencher os requisitos do art. 29 da Lei 10.931/04, pois que não se trata a espécie de cédula de crédito bancário.**

(...)

5. Se é verdade que o contrato de mútuo que serve de título executivo foi contraído para satisfazer dívidas correspondentes a anterior contrato firmado com a mesma instituição financeira, negócio contendo cláusulas abusivas, **essa circunstância não retira a liquidez ou a validade jurídica da cédula em questão, tanto porque não diz respeito aos requisitos de validade do negócio jurídico.**

Se tanto, a suposta mácula daria ensejo **a ação de revisão de**

cláusulas dos contratos encadeados.

Contudo, os embargos à execução não representam, a toda evidência, instrumento adequado para a revisão daquele suposto negócio pretérito.

A respeito, entende-se ser "inadmissível a pretendida revisão de contratos anteriores {no âmbito dos embargos à execução}, ante a consideração de que é objeto da execução apenas a escritura pública de confissão e assunção de dívida com garantia hipotecária." (STJ, REsp 586493/RS e 504.438 - RS, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, j . 6.12.05 e 21.9.04, respectivamente é minha a explicação entre chaves).

(...)

De outro modo, isto é, a se admitir o embaraço da execução para discussão de questões tais, estar-se-á afrontando o princípio da boa-fé objetiva e, sejamos francos, prestigiando a tendência de fazer do Judiciário agência de rolagem de dívidas.

É preciso ter em mente que o mutuário não é criança e que, é de se supor, subscreve documentos da espécie em exame consciente da razão e da grandeza das obrigações ali assumidas.

Assim, a discussão da legitimidade dos encargos reclamados pelo exequente, ora apelado, deve ficar restrita ao negócio expresso no título exequendo, ao menos no âmbito destes embargos.

(...)

6. É certo que a relação travada entre as partes indubitavelmente se submete ao império do Código de Defesa do Consumidor, nos termos da orientação cristalizada na Súmula nº 297 do STJ.

No entanto, o só fato de o contrato se subsumir ao estatuto consumerista não tem o significado que lhe quer emprestar o apelante.

(...)

7. Como acima remarcado, **o suposto encadeamento de contratos não tem o condão de retirar a liquidez do título.**

Na espécie, ademais, **o contrato foi expresso ao apontar o valor do financiamento, bem assim os encargos incidentes (fls. 95/103), além de ter sido a petição inicial da execução acompanhada do demonstrativo do débito, com a evolução da dívida (fls. 105/106).**

(...)

8. No que concerne à capitalização dos juros remuneratórios, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que, desde que expressamente contratada em data posterior à edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (reeditada sob nº 2.170-36/2001), é legítima a capitalização de juros em periodicidade inferior à anual.

(...)

No caso, **a cláusula “2” do contrato é expressa ao prever a capitalização dos juros, ao assim dispor: “Sobre o valor do crédito financiado incidem os encargos financeiros, ou seja, juros e atualização monetária na forma pactuada e demais encargos descritos, incluindo juros compostos capitalizados mensalmente...” (v. fl. 97).**

Donde a inexistência de ilegalidade na capitalização mensal dos juros no caso dos autos.

Dessa forma, a revisão das conclusões a que chegou o Colegiado e origem reclama a incursão no contexto fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

No que se refere à alegação de violação da Lei 22.626/1933, cumpre assinalar que o recurso especial é de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão somente nos termos do que foi impugnado.

Assim, **a ausência de indicação dos artigos tidos por vulnerados** não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional ficou, ou não, malferida, sendo de rigor a incidência do enunciado sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HIGIDEZ DOS TÍTULOS. OFENSA AOS ARTS. 535, 165 E 458, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A ARTIGOS DA CONSTITUIÇÃO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DECISÕES FUNDAMENTADAS NA ANÁLISE DAS PROVAS. SÚMULAS 5 E 7. [...] 2. O uso da fórmula aberta "e seguintes" para a indicação dos artigos tidos por violados revela fundamentação deficiente, o que faz incidir a Súmula n. 284/STF. Isso porque o especial é recurso de fundamentação vinculada, não lhe sendo aplicável o brocardo *iura novit curia* e, portanto, ao relator, por esforço hermenêutico, não cabe extrair da argumentação qual dispositivo teria sido supostamente contrariado a fim de suprir deficiência da fundamentação recursal, cuja responsabilidade é inteiramente do recorrente. [...] 5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1124819/AM, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 03/06/2014, DJe 12/06/2014).

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator